

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



### Aposentadoria compulsória para Magistrados e juízes

#### Autor(res)

Adriano De Souza Figueredo  
Gabriel De Queiroz Barbosa  
Tatiane De Moura Silva  
Amanda Maria Alves Pinho  
Rayssa Beatriz De Sousa

#### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

#### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

#### Introdução

O projeto de lei complementar 277, visando alterar a LOMN, revoga a sanção disciplinar da aposentadoria compulsória para magistrados e juízes que cometeram faltas graves, estas previstas no Artigo 56/LOMN Instituído a pena de demissão do Artigo 47/LOMN aos magistrados condenados pelas práticas de faltas disciplinares graves. Projeto de tamanha importância jurídica como este nos põe em posição de julgar o quão a sério e para quem a CF é levada, com base no Art. 5º devemos levar em conta o princípio da isonomia que todos são iguais perante a lei e que todos serão submetidos às mesmas regras jurídicas. Sendo a aposentadoria um direito fundamental garantido ao cidadão que cumpra com os requisitos previstos no INSS, com que fundamento a aposentadoria pode ser aplicada como forma de "sanção" a cargos específicos?

O projeto não busca somente desfazer os privilégios destes cargos de tamanha magnitude jurídica. mas expor a contradição da CF que visa ter um tratamento igualitário.

#### Objetivo

O propósito de trazer esse projeto a debate, traz consigo o objetivo de informar que mesmo a título de cargos de alto poder jurídico, não podem estar acima da lei e, é de suma importância que o cidadão, conheça e saiba reivindicar seus direitos, permitir que magistrados e juízes tenham tais regalias exterioriza uma falha constitucional que ocorre aos olhos do povo.

#### Material e Métodos

Procuramos entender quais eram os requisitos para a aposentadoria de acordo com o INSS, em quais casos é aplicada essa "sanção" para os Magistrados e Juízes, as especificidades e impactos variados e, por quê esses cargos são de extrema importância.

Respondendo a todos esses pontos, entramos em uma ardua pesquisa, encontramos nossas respostas:

Os requisitos para aposentadoria são, de acordo com o INSS:

1. Aposentadoria por Idade (urbana e rural)

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



2. Aposentadoria por Tempo de Contribuição
3. Aposentadoria por Invalidez:
4. Aposentadoria Especial: Para quem trabalha exposto a agentes nocivos à saúde.

Dentre os outros tópicos citados acima, diz que o Magistrado só será afastado de sua função por cometer falhas graves ou, se for negligente no cumprimento de seu dever. E o porquê desses cargos serem de extrema importância, traz a 509 A.C, na Roma antiga, onde os magistrados eram um novo grupo que auxiliava o senado nas tarefas político-administrativas

### Resultados e Discussão

Colocamos em pauta como a constituição é nominal, trazendo a tona o fator da impunibilidade, pois, a partir do momento que a igualdade perante a lei não aplica-se a tais cargos, contraria-se o artigo 5º, aonde diz que todos somos iguais perante a lei. Entendemos que deve-se desvanecer essa impunibilidade e tratar todo cidadão da mesma forma, fazendo com que, se quaisquer um com tal posição de poder cometer uma falha grave, ser punido da forma com que a lei rege a punição de qualquer cidadão, trazendo assim, uma sociedade mais justa e igualitária, não tendo qualquer outro cidadão "acima da lei".

### Conclusão

Entendemos que, no caso da magistratura, no âmbito administrativo, a aposentadoria compulsória é a mais grave das cinco penas disciplinares aplicáveis a juízes vitalícios. Afastado do cargo, o condenado segue com provento ajustado ao tempo de serviço. A penalidade é definida pelo tribunal onde atua, por maioria absoluta dos membros, ou pelo CNJ.

### Referências

- <https://www.camara.leg.br/noticias/722601-projeto-acaba-com-aposentadoria-compulsoria-de-magistrado-que-comete-falha-grave/>
- <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/romarepublica.htm>
- <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/stf-nega-foro-privilegiado-a-magistrados-aposentados-8e1qb3qmwqcj9tkyw5tawvej2/>